

GESTÃO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO: UMA REFLEXÃO SOBRE A INSTITUIÇÃO ESCOLA.

Ivan Carlos Zampin¹;

RESUMO

Este trabalho procura identificar situações e percepções acerca da união da equipe escolar dentro do processo de elaboração do projeto político pedagógico (PPP), e que para esse caso a escola se apresenta como o espaço que receberá os benefícios decididos nesse planejamento, acreditando que, em função de uma gestão democrática, com a participação da comunidade e de professores, haja garantias para que os processos educativos beneficiem a todos de forma geral. Portanto, é possível observar que a elaboração do Projeto Político Pedagógico se transforma nesse momento em uma grande oportunidade para a criação de um espaço de diálogos visando a busca de melhores caminhos que trilhem os rumos da instituição, sem deixar de lado as necessidades que a comunidade apresenta e a importante busca por soluções, que ao menos se façam minimizar, pela ação conjunta da equipe. Portanto, o papel do gestor é definido por suas pontuações e a sua função como mediador na construção de uma proposta pedagógica que atenda tanto a comunidade como também a escola como instituição a qual obedece uma hierarquia padronizada e controlada pelo Estado, concretizando a abertura de espaço para as vivências e as percepções causando momentos de reflexão e dialogicidade, enfatizando que a construção de uma sociedade mais justa tem por obrigatoriedade ser democrática.

PALAVRA-CHAVE: projeto pedagógico, democrática, educação, planejamento e sociedade.

ABSTRACT

This paper tries to identify situations and perceptions about the union of the school team within the process of elaboration of the pedagogical political project (PPP), and that in this case the school presents itself as the space that will receive the benefits decided in this planning, believing that in Democratic management, with the participation of the community and teachers, there is a guarantee that educational processes will benefit everyone in general. Therefore, it is possible to observe that the elaboration of the Political Pedagogical Project becomes a great opportunity for the creation of a space of dialogues aiming at searching for better ways that will guide the institution's course, without neglecting the needs that the community Presents and the important search for solutions, that at least are made to minimize, by the joint action of the team. Therefore, the role of the manager is defined by his scores and his role as mediator in the construction of a pedagogical proposal that serves both the community and the school as an institution that obeys a hierarchy standardized and controlled by the State, concretizing the opening of space To the experiences and perceptions causing moments of reflection and dialogicity, emphasizing that the construction of a more just society has to be democratic.

KEYWORD: pedagogical, democratic project, education, planning and society.

¹ Professor Dr. Universidade Paulista (UNIP); Ensino Fundamental e Médio e Gestor Escolar– SEE-SP.

INTRODUÇÃO

De maneira geral os grandes propósitos relacionados às escolas tendem a estar constantemente fundados na formação de um cidadão crítico, que possua a capacidade de posicionar-se de forma responsável e construtiva nas diferentes situações sociais e perante as novas tecnologias, utilizando-se do diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

Só é possível uma educação integral, na formação do homem como um todo quando todas as atividades desenvolvidas têm um objetivo comum, que contemple o aluno com o prazer de conquistar e ter conhecimentos. Assim, as posições disciplinares adotadas no ambiente escolar têm por finalidade conscientizar e desenvolver responsabilidade, autodeterminação, de modo a fazer do aluno o agente de sua própria educação e que conseqüentemente se refletirá no fortalecimento do comportamento social, dos vínculos familiares e da valorização pelo aprendizado como uma constante rotina no subjetivo deste sujeito.

Nesses moldes o enriquecimento ao ensino – aprendizagem é o que leva ao estímulo e aumento de interesse ao estudo por parte dos alunos bem como o do professor, elevando sistematicamente a qualidade de ensino tanto a curto ou longo prazo, portanto essa linha de pensamento baseia-se principalmente em erradicar o índice de evasão no âmbito escolar, considerando estratégias as quais culminem com a implementação em sentido de construção, do projeto político e pedagógico na unidade escolar.

Nesse viés onde a estrutura educacional deve ser estimulada para chegar a um padrão de qualidade vigente e consistente, é que existem etapas para a concretização de um projeto político e pedagógico bem implementado, ou seja, bem elaborado, planejado, sequencialmente aplicado, avaliado e recolocado em prática, objetivando a busca dos pontos fortes com os resultados e a melhora onde houve falhas.

Para tal concepção de trabalho são necessárias muitas pessoas que acreditem em seu potencial profissional, de educador e principalmente a atuação do gestor escolar que tem o papel fundamental para sua organização como mediador e observador no sentido de adequação do projeto para a comunidade circundante da unidade escolar.

De acordo com Perrenoud (2002), esse mesmo autor distinto na área da educação é enfático quando expressa que, “a competência dos profissionais da

educação possibilita pensar que seria uma espécie de apropriação das dimensões técnicas e organizacionais do trabalho”, o qual o gestor entra com seu papel decisivo nessa organização, ou seja, regulando a ação dos sujeitos, onde, determina-lhes uma responsabilidade, nos quesitos de garantir em contrapartida a sua empregabilidade, por meio de sua missão e sua inclusão, portanto, ser o educador o único responsável pela sua possível exclusão profissional, perante a comunidade escolar.

Por conseguinte, essa regência do gestor é necessária para aprimorar em cada agente educador que cada um é responsável pelo desenvolvimento de suas competências didático-pedagógicas e por sua empregabilidade, como já foi dito anteriormente. Os professores não só necessitam ter desenvolvido as competências, mas é necessário demonstrá-las, principalmente no incremento educacional em suas atividades relacionadas ao alunado, dentro e fora do âmbito escolar.

Portanto, com base nessas argumentações é que esse artigo procura analisar as fases de organização desse trabalho de construção do projeto político pedagógico na instituição escola seguindo abordagens divididas em alguns aspectos que podem ser definidos na conjuntura da escola e no projeto pedagógico; o projeto pedagógico considerando o trabalho educacional, muitas vezes exaustivo dos professores e os resultados da elaboração dessa concepção na escola, apresentando resultados de capacitação, correspondentes às exigências em relação aos professores e ao fazer pedagógico, ou seja, a construção das idéias na práxis.

Perante essa contextualização, a elaboração desse artigo exigiu que fossem revisadas várias idéias e assuntos pontuais, considerando muitas anotações sobre as experiências presenciadas e uma revisão de bibliografia sobre o assunto e as linhas de pensamento que norteiam a elaboração do Projeto Político e Pedagógico em escolas da rede pública de ensino. Em seguida, com embasamento na união dos educadores pode-se dizer que: esse trabalho trata-se de uma análise e uma interpretação da experiência com base em uma construção teórica.

É o domínio, portanto, de uma metodologia claramente interpretativa, usando como estrutura os conceitos teóricos. Portanto, nesse contexto segundo Marques (1996), a interpretação é como uma dimensão que, na escola, na aula, estabeleceu-se em forma de “leitura dos mundos que aí interagem, síntese das muitas determinações que incidem neste contexto sociocultural concreto”. Por meio dessa síntese, de uma sistemática real produzida e reproduzida pelos pedagogos é que haverá uma contribuição efetiva para a elaboração de um Projeto Político e

Pedagógico, possibilitando significância para a comunidade bem como para a sociedade em geral.

1. A FUNDAMENTALIZAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO PARA A COMUNIDADE ESCOLAR

O uso do termo projeto pedagógico é apresentado no Artigo 14, inciso I, da Lei 9.394/96, que trata da elaboração do projeto pedagógico da escola pelos profissionais da área da educação, com a participação da comunidade, através de seus representantes em órgãos colegiados, Associação de Pais e Mestres (A.P.M.) e Conselho de Escola, apresenta aspectos significativos para um processo de gestão democrática. Ainda que o texto legal se refira ao projeto pedagógico, é possível encontrar muitos autores que acreditam estar enfatizando a dimensão política, abrangendo o adjetivo à denominação.

É possível, no entanto, que a práxis pedagógica seja por excelência, política, porque a mesma é nutrida de opções, valores, poderes, evidências de cidadania e ações com implicações histórico-sociais. Desta forma, toda Proposta Pedagógica está alicerçada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Lei 8069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 01 de 1999, nas Propostas Curriculares da Coordenadoria de Estudos de Normas Pedagógicas (CENP), no Regimento Escolar e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, dos quais os conteúdos extraídos são meios para que os alunos desenvolvam suas capacidades intelectuais (BRASIL, 1996).

A equipe escolar intervém de forma contextualizada, ressaltando o desenvolvimento de “habilidades e competências”, direcionando a metodologia às ações formativas, centradas no aluno e na sua aprendizagem, cujo objetivo é a formação integral dos educandos para o exercício da cidadania e de sua autonomia, preparando-os para enfrentar o mundo (GARCIA, 1998).

De acordo com Garcia (1998) é apresentada em sua fala que [...] “as concepções de teóricos acerca das dificuldades de aprendizagem e suas evoluções, ao longo do tempo, estabelecem definições a partir das concretizações dessas concepções”. [...] “as dificuldades de aprendizagem não podem ser “todas” apenas da própria criança, em seu aspecto biológico, mas também de fatores diversos como culturais e comunitários, familiares, escolares entre outros”.

O processo de organização, encaminhamento do trabalho e valorização do tempo vivido na escola acontece por intermédio da gestão escolar. Nesse caso, a gestão se apresenta tal como todos os processos que, concomitantemente fazem a escola em suas especificidades e com vistas à produção do conhecimento. São processos eminentemente humanos, embora, muitas vezes, organizados tecnicamente. Estão pautados na linguagem e na convivência entre os sujeitos da escola, onde ensinar e aprender são conceitos norteadores do processo ensino aprendizagem, onde se é capaz de desenvolver níveis satisfatórios de maturidade, motivação e competências.

Partindo dessa realidade, a escola se propõe, através de um trabalho educativo, levar o aluno a refletir sobre a dinâmica do seu cotidiano, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica e vivência da cidadania. Onde há um projeto compartilhado por todos e onde todos trabalham unidos dentro de uma mesma proposta para o sucesso, dos alunos e da escola. A Direção e Coordenação reúnem-se com docentes, funcionários, pais, membros do Conselho de Escola e pessoal de apoio para a elaboração do Projeto Pedagógico da Escola.

A Direção, Coordenação e Supervisão procuram esclarecer mais uma vez, o significado do Projeto Pedagógico, ou seja, a intenção da escola em realizar um trabalho de qualidade, mediante um diagnóstico da situação da U.E, tanto do ponto de vista da aprendizagem dos alunos, como das relações entre todos os envolvidos, que, de uma forma ou de outra, participarão do processo educacional desenvolvido pela Escola (S.E.E., 2000).

Desse modo, observa-se então que é o papel da gestão a agregação dos fatores que, ao mesmo tempo, dão consistência e promovem a práxis pedagógica na escola, tendo como pilares as ações relativas ao financiamento, à gestão de pessoas e à administração segundo as regras institucionais. Sobretudo em uma sociedade organizada a partir do capital e seus aplicativos sociais, é necessário pensar a escola como possibilidade e como compromisso que leva a pensar em formas de organizá-la quanto a sua gestão democrática (MEZOMO, 1994).

Nessa contextualização, tem-se como a finalidade, principal a de tornar absolutamente transparentes as intenções ou vontades e planejar os rumos da escola em seu íntimo, incluindo aí seus processos de gestão, e onde é elaborado o projeto pedagógico da mesma, ou seja, este é um documento aprimorado que apresenta para a comunidade educacional e social, as características do fazer

educativo para aquele grupo, naquele espaço e conseqüentemente naquele tempo. Dessa forma, ficam implícitas as formas de como vai decorrer as interações, seu agir, seus objetivos e podendo considerar até mesmo as utopias educacionais. Daí chamar de projeto político-pedagógico chega a ser redundante. Se for um projeto pedagógico, por si só deve ser considerado político, é o fruto de escolhas, conhecimentos intenções e interações sociais.

Com a finalidade de proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, as ações estão vinculadas aos recursos humanos, físicos e financeiros, provenientes do Governo Estadual e Federal. Além disso, em muitas localidades, conta-se com o apoio da Prefeitura Municipal, com o envolvimento parcial do Grêmio Estudantil, dos alunos, das famílias, uma pequena parcela da comunidade e com as arrecadações de eventos realizados durante o ano letivo.

A partir da intervenção da equipe escolar de forma sistematizada, enfatizando o desenvolvimento de “habilidades e competências”, direciona-se a metodologia às ações formativas, centradas no aluno e na sua aprendizagem, com o propósito de reduzir o índice de retenção e evasão, além de oferecer avaliação de reclassificação para a EJA, bem como proporcionar condições para o regresso com sucesso de jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no curso regular em idade própria. No contexto das unidades escolares, também devem ser oferecidas aulas de recuperação paralela aos alunos com dificuldades de aprendizagem (S.E.E., 2000).

Com relação às dificuldades de aprendizagem, seguindo o sistema legislativo corrente, a Unidade Escolar deve oferecer, através dos educadores e coordenação pedagógica, acompanhamento contínuo durante as aulas e no Projeto de Recuperação.

Nesse íterim, os gestores valorizam e incentivam a formação continuada da equipe escolar sempre visando o crescimento intelectual, estabilidade afetiva e emocional do quadro de profissionais. Realizam a auto-avaliação, reuniões, palestras, atividades de integração e socialização da equipe de forma democrática, para que sejam capazes de rever valores e saberes, o que reflete diretamente na formação dos alunos (TARDIFF, 2002).

A avaliação interna é diagnóstica, formativa, contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, valorizando a construção de competências e o domínio das

habilidades desenvolvidas e que dá ainda mais subsídios para o aprimoramento da qualidade da educação oferecida pela Unidade Escolar.

No projeto pedagógico procura-se construir a escola ideal, que é projetada e planejada. Com certeza, uma escola de conteúdos diferenciados, mais capacitada, em acordo com as concepções de educação, conhecimento e aula condizentes com as fundamentações educacionais. Nesse momento pergunta-se: que escola seria esta?

Por intermédio da observação e participando das múltiplas realidades com as quais há uma convivência e ouvindo professores, cotidianamente, percebe-se a construção de uma identidade coletiva, um espaço para a participação de todos, onde professores e estudantes se constituem os sujeitos integrados ao sistema, ao mesmo tempo, perenes aprendizes, produzindo conhecimentos provisórios, fruto do consenso, da dialogicidade e das diferenças humanas.

Logo, subentende-se que a formação de uma instituição inclusiva por excelência seja, onde haja a prática da cidadania como ação contínua da liberdade, em cidadãos autônomos e críticos e a formalização do respeito às diversidades como valor absoluto e com práticas sistematizadas. Assim, gera-se uma prática cidadã inclusa nesse contexto social, pois é dessa forma que os sujeitos se constituem cidadãos, vivendo seu dia-a-dia e sendo afetados e afetando tal dia-a-dia, de modo democrático e, sobretudo, humano.

Uma instituição que priorize a constituição do sujeito, seja o lugar para o encontro entre diferentes historicidades e propicie o confronto comunicativo, permitindo a reflexão sobre os saberes, inclusive os científicos, teóricos e práticos. Um lugar que não privilegie o mero repasse de informação, que perceba a linguagem como fator de reconhecimento e valorização dos sujeitos em sua singularidade, discutindo e concluindo aprendizados.

Por conseguinte, a essa instituição chamada escola, cabe a crítica e o questionamento do conhecer, a fim de tornar-se capaz de priorizar o humano, o que exige educação qualificada para que a produção dos conhecimentos em diferentes situações e também politicamente possa garantir condições aos sujeitos de qualificarem, em conjunto, sua vivência e sua história.

Finalmente, não podem ser controversas as situações onde a escola esteja aberta a avaliações, análises das práticas dos professores e dos estudantes, reordenamento da práxis pedagógica, percepção do social criticamente, prevendo o engajamento em ações sociais, contando ainda com a produção de conhecimentos

e mudanças. Esses itens podem ser indicativos da efetiva utilidade social da escola para a comunidade que a circunda e em geral para a sociedade atual que a forma.

2. A SOCIEDADE MOBILIZADA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO E PEDAGÓGICO, UMA ATIVIDADE MAIS QUÊ DEMOCRÁTICA.

Conhecer a escola, seus espaços-tempos, suas possibilidades e desafios é iniciar o Projeto Pedagógico, ou seja, organizar o trabalho pedagógico, da equipe escolar, articulando saberes e espaços-tempos com base nas demandas apresentadas pela comunidade circundante. Assim, pode-se concluir de certa forma, que é um projeto que, embora de caráter burocrático, precisa ser construído a partir das vivências, das representações e constitui-se em orientação para as práticas cotidianas do meio escolar. De um lado, há os interesses, as expectativas da comunidade, dos estudantes, do sistema de ensino como um todo.

De outro, há uma estrutura, ou seja, a organização, o currículo, as idéias e as práticas, advindas da equipe escolar. Juntas, essas potencialidades redundam em um projeto pedagógico em acordo com a realidade onde se insere a instituição e com as perspectivas de quem ocupa esse lugar. O Projeto Pedagógico é, por conseguinte, o esboço, de forma coletiva, do trabalho esperado do professor e de seu fazer. Em suma, é um processo contínuo, a ser renovado, repensado, revisto constantemente, contribuindo para que se defina a identidade institucional.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA ESCOLAR

Em um olhar generalizado sobre as escolas públicas temos que os alunos que as frequentam são de níveis sociais variados entre médio e baixo, uma vez que as mesmas estão localizadas desde a região central ou mesmo no bairro da periferia da cidade e recebe alunos de vários bairros vizinhos, sendo que a maioria é advinda dos arredores da escola, uma situação constante para as escolas municipais e estaduais.

Observa-se, ainda, que os alunos vêm de uma estrutura familiar deficiente (não totalitária) em relação a dificuldades de localização por falta de telefone para contato, horários disponíveis, tornando o acesso a participação dos pais nas questões disciplinares e pedagógicas difíceis.

Portanto as escolas recebem alunos pertencentes a diferentes níveis sócio-econômicos, a maioria possui renda familiar suficiente para atender as necessidades básicas. Muitos são proprietários de casas populares, mas há também os que

pagam aluguel e os que estão com as residências em fase de construção. Poucas famílias dispõem de veículos automotores, utilizando-se de transportes coletivos.

2.2. LINHAS BÁSICAS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS

De acordo com a Lei 9394/96, ao fazer referências à necessidade de um Projeto Pedagógico, por um lado, deu a permissão para que a escola passasse a pensar a educação com base em seu simbólico, seus desafios e demandas; por outro, atribui um fazer inovador aos sujeitos do cotidiano escolar, onde faz emanar dos agentes um comprometimento maior para com a instituição escolar no sentido de pensar, planejar, assumir responsabilidades em relação ao futuro da instituição, no executar dos trabalhos dos professores e à produção do conhecimento empírico e teórico. Toda vez que faz a elaboração ou faz uma releitura de seu Projeto, a instituição esta rearticulando essas dimensões e imprimindo-lhes um olhar para o futuro.

Assim, é possível estabelecer alguns itens do Projeto Pedagógico que apresenta algumas características básicas em sua constituição, como a seguir:

- Representa as características daquela comunidade, seus anseios e suas perspectivas. Portanto, uma percepção diferenciada da educação, da escola, do conhecimento, porque própria daquele ambiente cultural, não se aplicando a nenhum outro.
- Não há ingenuidades nas escolhas dos sujeitos da escola. Escolhem porque acreditam que é necessário apresentar objetivos sem ambiguidades, revelar as teorias que, enfim, devem estar em acordos com um rumo pensado pela comunidade escolar;
- Seus conceitos são democráticos e democratizantes. Embora se conheçam muitas experiências de elaboração de Projeto Pedagógico em gabinetes e restrita a poucas pessoas, o processo de planejamento é excelente oportunidade para a prática democrática, não só na discussão, mas no assumir responsabilidades e contribuir para sua elaboração. Por isso, o Projeto Pedagógico é político, por que compromete a partir das escolhas feitas.
- Além de organizar o trabalho pedagógico, relacionando os espaços e os tempos educativos que se propõe a instituição, prevê os rumos da mesma.
- Está embasado em um referencial teórico que contenha as definições dos elementos que, para aquela realidade, faz-se necessário conhecer, e considera os elementos próprios da cultura institucional e de seu contexto.

- Pretende a inclusão das diversidades, através de uma proposta educacional centrada nos sujeitos.

Para encaminhar uma proposta inicial de elaboração do projeto pedagógico, faz-se necessária uma gestão escolar regida por princípios democráticos e democratizantes, o que implica necessariamente a valorização dos professores e a garantia de espaços para discussão sobre educação. Portanto, da mesma forma, a idéia de cidadania se torna emergencial, no sentido de acreditar-se que o estudante, ao chegar à escola, já é cidadão, assim, realiza-se atividades em/para seu grupo social. É de responsabilidade da instituição, então, promover renovadas situações de prática cidadã mesmo que o trabalho seja exaustivo, na tarefa de elaborar um Projeto Pedagógico democrático, democratizante e participativo e buscar alternativas para os trâmites e impossibilidades.

2.3. OBJETIVOS GERAIS DAS ESCOLAS

- Elevar sistematicamente a qualidade de ensino oferecido aos educandos;
- Formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres;
- Promover a integração escola - comunidade;
- Proporcionar um ambiente favorável ao estudo e ao ensino;
- Estimular os alunos quanto à participação, bem como a atuação solidária junto à comunidade.

2.4. METAS

A meta prioritária da Proposta Pedagógica da Escola é a melhoria da qualidade do ensino, através de um trabalho de equipe de acordo com a orientação e supervisão da Secretaria de Educação, mantendo o relacionamento informativo educacional em Horários de Planejamentos e Atividades Coletivas, Cursos, Capacitações e demais encontros relativos à prática docente, para a atualização de conhecimentos em práticas educacionais, atendendo às exigências do processo ensino-aprendizagem.

2.5. ANÁLISE DOS PROBLEMAS (METAS A SEREM CUMPRIDAS)

- Em curto prazo: interação educador - aluno, e o relacionamento com todos os envolvidos no processo educativo, incluindo a família e a comunidade; no atendimento e orientação educacional
- Em médio prazo: o desenvolvimento e a aquisição dos conteúdos abordados através de um ensino de qualidade que garanta o bom desempenho dos alunos.

- Em longo prazo: a totalização dos conceitos do período freqüentado, proporcionando seu desenvolvimento integral como aprendiz e cidadão inserido no seu grupo social, de forma que possa ser capaz de atuar participativamente de forma positiva e construtiva.

2.6. AÇÕES IMEDIATAS

Em curto prazo (**Bimestral**)

- Enriquecer o trabalho de ensino-aprendizagem, aproveitando experiências anteriores de alunos e professores, respeitando-se culturas e linguagem de cada um;
- Formar cidadãos participantes e aptos a resolver problemas que venham enfrentar;
- Enriquecer e superar os limites apresentados pelo aluno, em nível cognitivo, afetivo e social;
- Erradicar o índice de evasão de alunos entre a 5ª e 8ª séries (regular) e da Educação de Jovens e Adultos – EJA – principalmente;
- Integrar social e culturalmente o aluno ao seu grupo estimulando-o para que tenha prazer em aprender, envolvendo também a família.

2.7. AÇÕES IMEDIATAS (Semestral e Anual)

A médio e longo prazos:

- Desenvolver a realização pessoal e ajustamento sócio-cultural;
- Favorecer a realização profissional, tendo uma formação com bases seguras;
- Atingir os objetivos propostos em cada série no início do ano letivo, com assimilação de conteúdos e formação de valores.

2.8. METAS PENSADAS PARA UMA INTEGRAÇÃO DEMOCRÁTICA E AO MESMO TEMPO, AÇÕES SOBRE RESULTADOS APRESENTADOS.

- Desenvolver estratégias para abordar a disciplina dentro e fora da sala de aula;
- Melhorar ainda mais a qualidade de ensino oferecido, tornando-o mais significativo e atrativo;
- Conscientização dos docentes, discentes e dos pais sobre a progressão continuada, ressaltando a importância da assiduidade e do aproveitamento dos alunos para que tenham êxito na trajetória escolar;
- Propiciar condições para facilitar a integração entre educador e educando;
- Trabalhar valores éticos e morais;
- Aprimorar as normas de convivência, junto ao corpo docente e

discente;

- Conservar um ambiente agradável e sadio para o desenvolvimento dos estudos, procurando conter a evasão e a repetência dos alunos, principalmente da Educação de Jovens e Adultos;
- Atendimento aos pais dos alunos (aproveitamento, indisciplina, frequência, entre outros);
- Estimular os alunos a freqüentarem a biblioteca, fazendo pesquisa, estudos e leituras;
- Criar condições para manter a equipe de trabalho coesa, com objetivos lineares e não permitir que as adversidades, tornem a mesma desarmônica e apática;
- Auto-avaliação dos docentes.

Dessa forma esse trabalho sintetizou os afazeres, que são discutidos e elaborados para aplicação na escola e que atendem aos pressupostos estabelecidos pela Constituição Brasileira, com o intuito de consolidarem uma sociedade crítica e mais igualitária, por meio da democracia. Fazendo-se pensar que a realidade em questão de elaboração ou construção do Projeto Político e Pedagógico demonstra que para haver uma sociedade comprometida com os fundamentos ou regras do sistema educacional exige-se uma performance de alta qualidade dos trabalhos do gestor, o qual deve ser mediador das discussões que levam a efetiva elaboração do Projeto, assim, é possível contribuir para uma sociedade ou mais nuclear uma comunidade mais justa e democrática.

CONCLUSÃO

Para que as metas propostas se efetivem na construção do projeto político pedagógico de uma escola qualquer, é necessário que os profissionais estejam comprometidos, disponham de tempo e de recursos para a realização do trabalho educacional. Portanto, nesse contexto de construção mesmo com ótimos recursos se houverem, as dificuldades e limitações sempre estarão presentes, pois, na Escola se manifestam os conflitos existentes na sociedade, condição assim analisada como um microcosmo, ou seja, um reflexo dos acontecimentos da condição maior vista em convívio social da atualidade de uma determinada região, município, cidade, bairro e por fim a escola. As considerações aqui feitas tem a pretensão de auxiliar os professores na reflexão sobre suas práticas e na elaboração do projeto educativo da

Escola. Não são regras a respeito do que devem ou não fazer, no entanto é necessário estabelecer acordos em relação às estratégias didáticas mais adequadas a esse meio o qual o professor é coparticipe.

A qualidade da intervenção do professor sobre o aluno ou grupo de alunos, os materiais didáticos, horários, espaço, organização e estrutura de classes, a seleção de conteúdos e a proposição de atividades concorrem para que o caminho seja percorrido com sucesso. O papel da Direção ou da Gestão Escolar neste processo é fundamental. Sabendo que o trabalho em equipe é condição para o êxito de qualquer empreendimento, Diretor e Vice-Diretor, Professor e Professor Coordenador Pedagógico estimulam e geram entusiasmo entre docentes e funcionários. Ao mesmo tempo, assessoram o grupo, estabelecem padrões, confrontam esses padrões com a prática e corrigem desvios, tendo como objetivo melhorar a qualidade do trabalho pedagógico.

E assim, fortalecido, o coletivo da escola, entra em ação para vencer qualquer que seja sua origem social. Portanto, na realidade desse trabalho é demonstrado o papel do gestor escolar e os possíveis resultados na “gestão escolar”, assim, o líder é obrigatoriamente assessorado e conduzido a não estar só, formalizando decisões que possuem caráter de desenvolvimento democrático em conjunção com a sociedade participante do processo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. /Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília p. 2-10.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de Setembro de 2001. Secção 1E, p. 39-40.

GARCÍA, C. M. Pesquisa sobre a formação de professores: o conhecimento sobre aprender a ensinar. Revista Brasileira de educação, ANPED, n. 9, set/out/Nov/dez, 1998.

GARCÍA, J. N.. Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MARQUES, M. O. Aprendizagem na mediação social do aprendido e da docência. IJUÍ, 1995

_____. Educação/interlocução, aprendizagem/reconstrução de saberes. Ijuí: Editora IJUÍ, 1996.

MEZOMO, João Catarin. **Educação Qualidade: a Escola volta às aulas**. São Paulo Terra, 1994.

PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício do professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SP, Manual apostando na autonomia da escola, SP. 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SP, Manual de orientação pedagógica para professores, 2004

TARDIFF, M. Saberes docentes e formação profissional. 2. Petrópolis: Vozes, 2002.